

SINDÁGUA

REGISTRO

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Pur. e Distrib. de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais - 01 de agosto de 2003 - nº 189



DESCONTO DOS DIAS PARADOS SERÁ PERICIAADO PELA JUSTIÇA

Em decisão tomada na última terça-feira, dia 29, a Justiça do Trabalho determinou a realização de perícia técnica dentro da Copasa para identificar os critérios adotados nos descontos dos dias de paralisação.

Somados os dias destinados ao Sindicato para subsidiar as informações necessárias para o trabalho e o período estipulado para apuração de documentos e diagnósticos, a perícia deverá estar concluída em um prazo de 30 dias.

Confira como a saúde financeira do sindicato está "em baixa"

Demonstrativo financeiro do Sindágua apresenta os elevados gastos que a entidade precisou arcar desde o início do ano, entre os quais o processo eleitoral. A dificuldade de caixa do Sindicato foi agravada ainda mais com a necessidade de variados instrumentos de mobilização durante a campanha salarial e, em especial, durante a greve.

Os gastos elevados durante estes períodos foram possíveis em função

de recursos de poupança, que permitiram superar os desequilíbrios da receita menor diante de uma despesa que se avolumou durante as mobilizações.

Cerca de 75% da arrecadação do sindicato com a contribuição sindical de março foi gasta durante a greve, sendo de extrema importância a aprovação da "taxa de fortalecimento" de 1% aprovada pela categoria durante a assinatura do acordo coletivo.

PÁGINAS 2 e 6

A representação patronal recusou proposta conciliatória para desconto de metade dos dias parados. Afirmou também que precisaria consultar a direção da empresa sobre uma segunda proposta da juíza June Bayão Gomes para que não seja descontados os dois dias que a Copasa quer implementar em agosto.

Já está marcada nova audiência na 34ª Vara da Justiça do Trabalho para o dia 25 de setembro, mas uma decisão pode ser tomada antes, tão logo seja concluído o trabalho da perícia. PÁGINA 3

Sindicato indica representantes para estudar e acompanhar GDI



O Sindicato já oficializou à empresa os representantes da categoria na Comissão de Estudos da Gratificação de Desempenho Institucional (GDI), preservando mecanismos de acompanhamento dos critérios adotados e de plena transparência na definição de metas a serem cumpridas.

Pelo Acordo Coletivo, os resultados de aferição do GDI já devem ser apresentados em outubro, variando até 5%. — PÁGINA 4

Sindágua participa do lançamento do I FSB



Os companheiros Juarez, Píer e Wagner estiveram presentes, no dia 30 de julho, no lançamento do I Fórum Social Brasileiro (I FSB), que será realizado em Belo Horizonte, entre os dias 06 e 09 de novembro de 2003.

O Fórum está sendo organizado por sindicatos, ONGs, participantes dos movimentos sociais e populares e indivíduos que acreditam que UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL E UM OUTRO BRASIL NECESSÁRIO.

O FSB integra o processo político internacional construído nos Fóruns Sociais Mundiais (FSM) que aconteceram em Porto Alegre desde 2001.

PÁGINA 8

Sindágua contrata consultora de PCCS

A reformulação do Plano de Carreiras, Cargos e Salários é uma das grandes preocupações da categoria, visando corrigir uma série de distorções como desvios de função, enquadramento, concursos internos para provimento de vagas e outros. Negociado no acordo coletivo deste ano, os trabalhadores participarão com representantes em comissão paritária, para que possamos dar sugestões e influir na elaboração de um Regulamento de PCCS que atenda os anseios profissionais da categoria.

Para subsidiar o trabalho dos representantes dos trabalhadores nestas discussões, o Sindágua contratou uma empresa especializada no assunto, através da consultora Valmira Maria de Almeida. — PÁGINA 4

Copasa ameaçada de perder a concessão de Almenara

Almenara é a "bola da vez" na luta que a Copasa precisa desenvolver para assegurar contrato de concessão. O prefeito da cidade, Manoel Francisco Alves Silva, ameaça abrir processo de licitação para contratar novo prestador de serviços de saneamento. O contrato com a Copasa, que opera no município há 30 anos, expirou em 31 de maio, mas informações locais confirmam que as ligações deixaram de ser realizadas desde fevereiro deste ano, o que vem precarizando a prestação de serviços.

As negociações parecem caóticas e o prefeito faz exigências não só na área de saneamento, mas também construção de mercado para camelôs, escolas e pavimentação asfáltica. Como em outras localidades em que a Copasa esteve ameaçada de perder concessões, a responsabilidade com um serviço de saúde pública, incluindo um saneamento de qualidade, deve ser amplamente divulgada para a comunidade local, envolvendo não apenas o município, mas também o governo do Estado. Deve-se ressaltar que no próprio Plano de Ação da Copasa existe uma determinação para renovar concessões vincendas e buscar novos contratos. — PÁGINA 5

Justiça para corrigir a intransigência

Desde o início de nossa Campanha Salarial 2003 tivemos severas dificuldades para conseguir um processo de negociação aberto, caracterizando uma pré-disposição patronal em impor condições muito precárias para o diálogo. Um destes dificultadores se caracterizou pela total falta de autonomia para a comissão de negociação patronal, que se apresentava sempre desautorizada em discutir propostas alternativas que pudessem evitar ou minimizar conflitos.

Tais problemas aconteceram até mesmo para definição da própria data-base. A direção da empresa se negava terminantemente em garantir a data-base e acabou sendo obrigada

a fazê-lo com a intermediação da Delegacia Regional do Trabalho (DRT-MG). Nas negociações a empresa procurava cozinhar a apresentação da sua contraproposta de reajuste nos salários e só se dobrou em apresentar números nas barras do tribunal, em audiência no Ministério Público do Trabalho.

Agora, mais uma vez pela falta do diálogo e aversão ao entendimento, a direção é chamada novamente a um tribunal para explicar a parafernália de critérios que teria adotado no desconto dos dias parados. A ânsia da "punição" e o estilo de uma autoridade tacanha, a ferro e fogo, exige outra intervenção judicial para periciar condições que são

claramente injustas e irregulares contra milhares de trabalhadores.

Só podemos lamentar o não cumprimento de desejo manifestado pelo próprio presidente da empresa, quando apelou para uma "parceria" e "negociações menos traumáticas". Não se pode imaginar e nem se quer resoluções dentro da Copasa tendo a Justiça como único caminho.

O entendimento, o diálogo, a transparência e o respeito de ambas as partes parecem o melhor caminho para semear normalidade e os instrumentos necessários para desenvolvimento da empresa e crescimento dos trabalhadores.

Fortalecimento sindical e das lutas da categoria

Toda a categoria contribui neste mês de agosto com uma taxa assistencial de 1% do salário base em favor do SINDÁGUA. Esta contribuição foi aprovada pelos trabalhadores durante a Campanha Salarial 2003, sendo referendada na assembléia que decidiu pelo fim da greve e assinatura do Acordo Coletivo.

A contribuição assistencial será descontada nos salários de toda a categoria (sindicalizados e não sindicalizados), assegurando, no entanto, o direito de cada companheiro de se opor ao desconto. Caso não haja concordância, o trabalhador deve enviar ao sindicato documento individual desautorizando o desconto.

Os trabalhadores devem entender a importância da manutenção do

Sindicato para assegurar mecanismos eficientes nas lutas da categoria. Além dos gastos extraordinários durante a campanha salarial, o sindicato precisa manter comissões de estudos e contratar técnicos especializados para o acompanhamento do processo de implantação da Gratificação de Desempenho Institucional (GDI). Após o movimento grevista, a direção da empresa não demonstra muita receptividade ao diálogo, mantendo acesa a necessidade de novos movimentos de mobilização e de luta da categoria. Desta forma, a contribuição de fortalecimento da entidade é crucial, para que o sindicato possa se preparar e ter capacidade de bancar os elevados gastos destas campanhas.



Gastos com a campanha e a greve consomem quase todos os recursos do Sindicato

Os dados parciais de gastos do SINDÁGUA com a recente Campanha Salarial e os dias de paralisação apontam um gasto global de R\$ 119.365,13. Para se ter uma idéia, este valor parcial equivale a mais de dois meses de mensalidades dos associados do sindicato e aproximadamente 75% do imposto sindical da categoria descontado em 31 de março, que incide nos salários de associados e

não-associados. Os gastos com o movimento, no entanto, serão ainda acrescidos com os custos do processo judicial e outros gastos variados no processo de mobilização que foram faturados.

Percebe-se claramente a necessidade do apoio dos trabalhadores, para reequilibrar financeiramente o Sindicato e bancar gastos com pessoal e com a estrutura normal de atendimento da entidade.

RESUMO GERAL

Alimentação	R\$	3.263,16
Divulgação	R\$	24.561,21
Hotel	R\$	3.835,81
Reuniões/Assembléias	R\$	28.601,09
Transportes	R\$	59.103,83
Total Geral	R\$	119.365,13

JORNAL DO SINDÁGUA

Presidente: José Maria dos Santos - Diretor de Comunicação: Juarez Eduardo de Souza - Edição: José Geraldo Ribeiro
- MG 02717 JP - Redação: Janaina da Mata - Diagramação e Arte Final: Luiz Carlos Nicolau - Tiragem: 9.000 exemplares - Impressão: Fumarc

SINDÁGUA MG - Rua Congonhas, 518 - Sto. Antônio - BH-MG - CEP 30330-100 - Telefone (031) 3297-7227 - Fax: (031) 3297-7224

Home page: www.sindagua.com.br - e-mail: sindagua@uol.com.br

NÃO-DESCONTO DOS DIAS PARADOS ESTÁ NA JUSTIÇA

Na segunda-feira, dia 29 de julho, as direções da Copasa e do Sindágua se encontraram na Justiça do Trabalho 34ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte), atendendo intimação para que ambas as partes explicassem suas posições em relação ao arbitrário desconto nos salários dos nove dias de paralisação.

A juíza do Trabalho, June Bayão Gomes, chegou a propor aos representantes patronais o desconto da metade dos dias parados, proposta recusada. A seguir, a juíza propôs o não-desconto dos dois dias parados ainda não implementado, sendo que os representantes patronais informaram que teriam que consultar a direção da empresa. Esclarecida sobre a total falta de critérios da empresa para efetuar os descontos, com procedimentos na maioria das vezes irregulares, a juíza deu ao Sindicato prazo de 10 dias para apresentar a "defesa escrita com documentos, tendo em vista a complexidade da matéria e a necessidade de prova pericial". No final desse prazo de 10 dias será apreciado o pedido de tutela antecipada (liminar) em relação dos dois dias que a empresa insiste em descontar! Foi nomeada a perita técnica Doralice Barbosa, tendo o prazo de 20 dias para elaboração de seu lado, intimando-se a empresa a oferecer todos os documentos solicitados. Nova audi-

ência foi marcada para o dia 25 de setembro, às 10h45, podendo ser antecipada em função de liminar solicitada pelo sindicato contra os descontos.

Arbitrariedade

A forma abusiva e o "espírito de punição" ficou caracterizado pela determinação da empresa em descontar o sábado e domingo que intercalaram os dias de paralisação. Com o processo na Justiça, quase no fechamento do mês de julho, a direção da empresa fez circular a determinação de que o desconto dos dois últimos dias não seria implementado agora, sendo adiado para o mês de agosto. Informou que este seria o atendimento de apelos de gerências e dos próprios trabalhadores. Está claro que a decisão do adiamento se deveu pela ação judicial, mostrando que a direção da empresa continua resistente ao diálogo. Do contrário, esta direção poderia ter negociado formas menos agressivas de desconto dos dias parados. Não se sensibilizou nem aos apelos para que os descontos fossem realizados em maior número de parcelas, para não sacrificar os trabalhadores. Apesar de ter penalizado tantos companheiros com sete dias descontados em um único mês, o comunicado da empresa do adiamento do desconto de julho fala em medida para não sacrificar os trabalhadores.

Os departamentos jurídicos das demais entidades sindicais que representam trabalhadores dentro da Copasa se reuniram no último dia 24, no Sindágua, quando foram discutidos também processos que serão movidos contra a Copasa, buscando a indenização dos descontos dos dias parados. As discussões centraram-se principalmente na arbitrariedade como os descontos foram realizados, penalizando trabalhadores de formas diferenciadas em dias, horas e, é de pasmar, até de minutos. Para efetivar os descontos, com uma característica especialmente punitiva, a direção da empresa não teve como estabelecer um critério objetivo, pois não tinha como controlar os pontos. Foram feitos descontos de dias, horas, em apontamentos subjetivos conforme decisões gerenciais subjetivas. Em inúmeras situações, os critérios foram totalmente equivocados e até mesmo quem não participou da paralisação sofreu descontos, com iniciativas de uniformizar medidas no mesmo setor.

A luta judicial pelo não desconto dos dias parados deve ser engrossada com novos processos a serem encaminhados pelos demais sindicatos. Tudo poderia ser evitado com uma postura aberta dos patrões para a negociação e a trégua pedida pelo presidente da empresa no dia em que assinou o Acordo Coletivo.

Campanha de solidariedade continua

"COPASIANO CADÊ VOCÊ? LUTE POR MIM QUE EU LUTO POR VOCÊ!!!" esse foi um dos slogans mais falados durante as manifestações que ocorreram durante a greve. Eles prometeram e cumpriram. Diversos companheiros pararam suas atividades para garantir um direito básico de todos os trabalhadores: o direito ao reajuste salarial.

O fechamento de um Acordo Coletivo que atendesse a categoria dependeu da importante participação desses companheiros e companheiras, que por sua mobilização tiveram os dias de greve cortados pela direção da empresa. Não há dúvida que a

Copasa faz mais uma manobra para desestruturar a categoria, para que no próximo ano estejamos desmobilizados e a ela possa nos empurrar goela abaixo um Acordo Coletivo de Trabalho sem uma verdadeira negociação.

Companheiro, você que precisou trabalhar durante a greve para manter os serviços essenciais ou porque foi pressionado pela gerência, mostre para direção da empresa que mesmo sem ter paralisado suas atividades você apoiou a luta dos trabalhadores copasianos. Para isso, basta que você doe apenas um dia de seu trabalho para aqueles que perderam até sete dias para garantir o au-

mento de todos nós. Assim, demonstraremos que a UNIDADE sempre prevalecerá na nossa categoria e que os patrões não conseguirão nos quebrar.

Somente os trabalhadores organizados e solidários, lutando uns pelos outros, poderão construir uma sociedade mais justa.

Daí a necessidade de fortalecermos a nossa categoria amenizando o desconto dos companheiros que fizeram a nossa greve vitoriosa.

Contribua com o Fundo de Solidariedade. Será um dia de trabalho por um ano inteiro de benefícios.

FUNDO DE SOLIDARIEDADE

VALOR: 1/30 do salário bruto (um dia de trabalho);

DATA LIMITE: 10 de agosto de 2003;

FORMA DE DOAÇÃO: Autorização de desconto em folha ou depósito diretamente no Bradesco (agência 3421-5, conta 722772-8)

ACOMPANHE O ACORDO COLETIVO 2003/2004 — Proposta de pagamentos do mês de Julho

ITENS	AUMENTO	RETROATIVOS	RESTANTE
Salários	Reajuste de 10%	Pagamento parcelado de acordo com a faixa salarial.	Reajuste de 5% em agosto.
Cesta básica	Passa para R\$ 130,00	Creditado no cartão mais R\$ 31,00 referente ao mês de maio.	R\$ 31,00 em agosto, referente ao mês de junho R\$ 31,00 em setembro, referente ao mês de julho
Tíquete refeição	Não tem mais desconto	Devolução do desconto referente ao mês de maio.	Como o desconto é feito no mês subsequente, a devolução só ocorre no mês de julho.
Auxílio creche	Passa para R\$ 130,00	Pagamento de R\$ 22,28 referente ao mês de maio.	Em agosto, pagamento de R\$ 22,28 referente ao mês de junho.
Auxílio educação	Passa para R\$ 200,00	Pagamento de R\$ 24,60 referentes à diferença do semestre.	Como o pagamento é semestral a diferença será paga apenas uma vez.

Sindáguia contrata consultora em PCCS

A direção do SINDÁGUA encaminhou à superintendente de Planejamento, Integração e Desenvolvimento de Pessoas da Copasa, Lúcia Maria Aguiar Garcia, os nomes dos representantes da entidade para participarem da Comissão de Plano de Carreira, Cargos e Salários, conforme cláusula 16ª do Acordo Coletivo 2003/04. A comissão de representantes da categoria no PCCS é coordenada pela diretora do Sindicato Rita de Cássia M. G. Senesi.

Para dar suporte à participação dos trabalhadores, o Sindicato está viabilizando a contratação da consultora técnica Valmira Maria de Almeida, da empresa Consultoria de Remuneração e Desenvolvimento Humano Ltda, que atende também ao Sindieleto (sindicato que representa os trabalhadores na Cemig). A consultora analisa toda a documentação relativa ao PCCS, seu Regulamento e as próprias sugestões de mudanças apontadas pelo seminário sobre cargos e salários, realizado pela Copasa em 15 e 16 de março/2001, quando foram apontados

problemas como enquadramento, dupla-função e desvios e, sobretudo, a falta de uma regulamentação dos concursos internos para provimento de vagas.

No entender dos trabalhadores, o PCCS implantado na virada de 1999/2000 padeceu de todos estes desarranjos exatamente por ter sido elaborado sem a transparência e nenhuma discussão com o conjunto de trabalhadores. Não foi aberta qualquer discussão com o Sindicato e o regulamento foi imposto de cima para baixo, com erros que poderiam ser evitados com a consulta democrática de toda a casa sobre as reais condições e características do trabalho. O documento gerado na Copasa sobre o PCCS encaminhado à direção da empresa em 26 de março/2001 demonstra a maturidade das propostas dos trabalhadores, indicando um programa de treinamento e desenvolvimento; programa de gestão de desempenho; programa de certificação; a regulamentação do processo de



Rita de Cássia Senesi - coordenadora da Comissão de PCCS

tes na empresa. O principal diagnóstico do seminário apontava o pouco investimento da empresa em treinamento de pessoal, além de indicar a valorização profissional no provimento interno de vagas e transferências funcionais que compatibilizem interesses dos trabalhadores e da própria empresa.

Com o respeito à cláusula 16ª do atual Acordo Coletivo de Trabalho, a participação qualificada da representação sindical nas discussões e apontamento de melhorias no PCCS podem resgatar a integridade de um

recrutamento interno; e a necessária providência de acerto em todos os desvios de função existen-

regulamento de vital importância para a saúde administrativa da Copasa.

Representantes da categoria na Comissão de PCCS

Rita de Cássia M. G. Senesi ... (Sindáguia)
 Geraldo Helvécio Becatini (DTCV - Curvelo)
 Sérgio Antônio de Oliveira (ELVE - Vespasiano)
 Flávio Luiz de Souza (DTSP - São Seb. Paraíso)
 Roberto de Oliveira Passos (DTCN - Contagem)
 Júlio César Correia de Paula .. (DVPT - Regional)
 José Barbosa de Souza (DTJB - Janaúba)
 Tiburtino José S.Oliveira (DTDT - Diamantina)

Trabalhadores têm comissão para participar na implantação da GDI

Os estudos para a implantação da Gratificação de Desempenho Institucional (GDI) já tem sua comissão formada no Sindicato, sob a coordenação do companheiro José Geraldo do Nascimento. O primeiro ponto levantado pela Comissão de Estudos foi encaminhar à empresa a solicitação de todas as informações sobre os procedimentos e critérios a serem adotados para levantamento das condições de trabalho e definição de metas para cada unidade da empresa. Mais importante ainda, foi solicitada à empresa a efetiva participação dos representantes da categoria em comissões paritárias, para que sejam definidas metas exequíveis, permitindo investimentos e treinamentos que possam dar as condições adequadas para o maior desempenho dos trabalhadores.

Pelo acordo coletivo, está prevista

uma aferição da GDI já em outubro, com índices que podem variar até 5%, o que gera uma natural expectativa em toda a categoria de melhoria não apenas de condições de trabalho, mas também de remuneração.

A transparência nas várias comissões internas será um fator de tranquilidade para o conjunto de trabalhadores e facilitadora do empenho pessoal de cada companheiro. Esta transparência é vital e só pode ser alcançada com a participação dos trabalhadores, com seus representantes nas comissões de forma paritária.



José Geraldo do Nascimento - coordenador da Comissão de Estudos da GDI

COMISSÃO DE ESTUDOS

José Geraldo do Nascimento - SINDÁGUA
 Franklin Delano Diniz Gonçalves - DTSL - Santo Antônio
 Milton Luiz Costa - DTSZ - Santa Luzia
 José Vera Cruz Costa - DTGV - Governador Valadares
 Rogério Lourenzoni - DTVG - Varginha

DEMORA NAS AÇÕES DA EMPRESA AMEAÇA RENOVAÇÃO DE CONCESSÕES

CONTRATO DE ALMENARA VENCEU EM 30 DE MAIO E ESTÁ ATÉ HOJE SEM SOLUÇÃO

O drama vivido para a renovação da concessão de Belo Horizonte começa a acontecer com frequência em importantes municípios do interior mineiro operados pela Copasa. Depois de perder Muriaé, a ameaça de perder contrato agora vem de Almenara, além de preocupações também com a renovação em Leopoldina.

O prefeito de Almenara, o médico Manoel Francisco Alves Silva (dono do hospital da cidade e de uma rádio FM), enviou ofício para o gerente do distrito da Copasa em 16 de julho onde ressalta o fim do contrato do município com a empresa, expirado no dia 30 de maio, cobrando iniciativas que pudessem discutir uma renovação negociada. O chefe do Executivo esteve, no entanto, pessoalmente em visita ao Distrito da Copasa de Almenara, e afirmou várias exigências para renovar o contrato. Começou dizendo que a empresa arrecadaria na localidade cerca de R\$ 240 mil nos serviços de saneamento prestados a uma população próxima de 45.000 habitantes. Em tom de denúncia, teria reclamado que “a Copasa opera no município há 30 anos e só faz investimento no setor de saneamento”. Em suas exigências para não inviabilizar uma renovação de contrato com a Copasa, o prefeito acena para que a empresa invista também na “construção de 30 km de asfalto, na construção de um mercado para alojar camelôs e ainda na construção de uma escola”. Especificamente na área fim da Copasa, saneamento, o prefeito reivindica a extensão da distribuição de água nos povoados de Pedra Gran-

de e Sacode, além da canalização do Córrego Gonçaleiro, que atravessa o município. Ainda nas denúncias, foi lembrado que a Copasa deixou de fazer cerca de 100 ligações desde fevereiro, conseqüência da falta de contratos de prestadores de serviços. Esta situação, que pode ser considerada grave e extremamente prejudicial não apenas para a população, mas sobretudo para a empresa, demonstra os grandes problemas gerados na Copasa em repassar serviços fins para empreiteiras, que não têm compromisso com a empresa sem uma contrapartida de contratos. A situação demonstra os erros na política de redução do quadro de funcionários vitais para a empresa e de como ela fica refém nas mãos das empreiteiras.

Segundo ainda o prefeito de Almenara, que é candidato à reeleição no próximo ano, ele teria dado prazo para a empresa se manifestar até 30 de junho e abriria imediatamente licitação. Fez alusão a visitas que teria feito a empresas de saneamento de São Paulo, Paraná e Bahia e iniciativas que levantassem propostas alternativas à Copasa.

Procurado pelo Sindicato, o diretor de Operação Leste da Copasa, Carlos Megale Filho, informou que teria já oficializado ao prefeito no último dia 23 de julho “o grande interesse da Copasa em renovar a concessão dos serviços de água e de construir, em Almenara, um sistema completo de coleta e tratamento de esgotos sanitários, com previsão de investimentos em torno de R\$ 3 milhões e 500 mil reais”. Neste ofício da empresa, é sugerido

um instrumento “prorrogando a concessão por mais seis meses, até que as cláusulas do novo contrato possam ser amplamente discutidas com a comunidade e com os poderes Legislativo e Executivo municipal.”

Ação do sindicato

Como de outras vezes que teve atuação destacada na defesa do saneamento e dos interesses dos trabalhadores em localidades operadas pela Copasa, o Sindágua deslocará diretores para os municípios onde as concessões estejam ameaçadas por conjunturas políticas ou até mesmo ações tímidas da empresa. No caso de Almenara, nesta semana, dirigentes do Sindicato estarão na cidade, procurando a Câmara de Vereadores e o próprio prefeito, para esclarecer e encaminhar as discussões sobre o novo contrato proposto pelo município.

É preciso desde já alertar para a importância da manutenção destes serviços nas mãos da Copasa, lembrando-se de que o serviço social oferecido pela empresa só possível através da política de subsídios cruzados. Desejamos também que a empresa manifeste mais claramente sua posição diante dos contratos e de seu plano de expansão ou retração de atividades, de forma que as populações que dependem dos serviços de saneamento, como instrumento de saúde, possam buscar instâncias superiores, como o governo do Estado, para defender seus direitos estabelecidos na próprias constituições de Minas e do Brasil.

Toda a diretoria do Sindicato faz reunião em Montes Claros



A Diretoria Plena do SINDÁGUA se reuniu na cidade de Montes Claros nos últimos dias 17 e 18 de julho. A reunião em MOC faz parte de um plano estratégico de descentralização das ações do sindicato e fortalecimento da mobilização dos trabalhadores em todo o Estado. Novas reuniões devem ser realizadas em outros locais, aproximando toda a direção sindical dos companheiros de cada base.

O ponto alto da reunião de Montes Claros foi o balanço e avaliação da greve da categoria, além de um diagnóstico do Acordo Coletivo assinado com a empresa.

O carinho e o respeito que se verificou durante a recepção à diretoria do Sindágua-MG, representando a grande maioria das cidades do Estado e os distritos operacionais da RMBH, reforçam o acerto da medida e a certeza de que nunca esteve tão unido o nosso Sindicato!

Demonstrativo Financeiro do Sindáguia — Ano 2002

BALANÇO FINANCEIRO — ANO 2002	
RECEITAS	DESPESAS
Receita Social R\$ 689.951,57	Departamento de Imprensa R\$ 77.941,35
Mensalidades R\$ 689.951,57	Despesas Trabalhistas R\$ 25.896,74
	Encargos Sociais R\$ 6.257,19
Receita Tributária R\$ 149.441,71	Despesas Diversas Dep. Imprensa R\$ 45.787,42
Contribuição Sindical R\$ 149.441,71	Departamento Jurídico R\$ 95.816,90
	Despesas Trabalhistas R\$ 6.860,20
Receita Aposentados R\$ 7.682,58	Encargos Sociais R\$ —
Mensalidades R\$ 7.682,58	Despesas Diversas Dep. Jurídico R\$ 88.956,70
Campanhas Salariais R\$ 47.668,29	Departamento Administrativo R\$ 99.843,90
Taxa Fortalecimento R\$ 46.657,82	Despesas Trabalhistas R\$ 82.966,65
Venda camisetas/Campanha R\$ 1.010,47	Encargos Sociais R\$ 15.604,01
	Despesas Diversas Dep. Administ. R\$ 1.273,24
Receitas Eventuais R\$ 16.142,16	Departamento Financeiro R\$ 62.279,24
Vendas Diversas R\$ 964,17	Despesas Trabalhistas R\$ 44.057,95
Receitas de Patrocínio R\$ 14.750,00	Encargos Sociais R\$ 11.012,97
Reembolso Diversos R\$ 427,99	Despesas Diversas Dep. Financeiro R\$ 7.208,32
	Departamento Formação Sindical R\$ 152.563,23
Receitas com Seguros R\$ 38.825,58	Seminários Congressos Intern R\$ 99.307,78
Comissão Seguros R\$ 38.825,58	Seminários Congressos Extern R\$ 18.879,07
Receitas Financeiras R\$ 12.919,74	Manifestações R\$ 3.194,00
Ganhos c/ Aplicação Financ R\$ 12.868,86	Despesas c/ Campanha Salarial R\$ 30.814,38
Varição Ativa R\$ 50,88	Despesas c/ Camp. Carmo da Mata R\$ 368,00
Receitas s/Empréstimos R\$ 630,69	Departamento de Mulheres R\$ 2.143,35
Juros R\$ 630,69	Secretaria da Mulher R\$ 2.143,35
Atualização Monetária R\$ —	Departamento dos Aposentados R\$ 16.576,05
Juros/Descontos Obtidos R\$ —	Despesas Gerais R\$ 16.576,05
Juros Ativos R\$ —	Departamento da Diretoria R\$ 97.221,48
Descontos Obtidos R\$ —	Reunião de Diretoria R\$ 68.857,24
Receitas Não Operacionais R\$ —	Reuniões Div/Trab Base Sistemas R\$ 27.836,65
Alienação Bens Permanentes R\$ —	Despesas c/ Eleições Diversas R\$ 527,59
Alienação do Imobilizado R\$ —	Despesas Acessórias Administr. R\$ 193.736,74
Total das Receitas R\$ 963.262,32	Despesas de Consumo R\$ 41.609,83
	Despesas com Materiais R\$ 38.631,96
	Despesas Diversas R\$ 113.494,95
	Veículos R\$ 13.464,65
	Encargos não Operacionais R\$ 242,80
	Encargos Financeiros R\$ 6.810,27
	Total das Despesas R\$ 816.639,96

BALANÇO PATRIMONIAL — ANO 2002	
ATIVO	PASSIVO
DISPONÍVEL R\$ 286.805,15	TÍTULOS A PAGAR R\$ 10.105,60
CONSORCIO NAC. LIDERAUTO R\$ 24.526,93	PATRIMÔNIO R\$ 503.665,56
ADIANTAMENTO DA FOLHA R\$ 9.624,85	RESULTADO DO EXERCÍCIO R\$ 144.622,36
PERMANENTE R\$ 337.436,59	
TOTAL DO ATIVO R\$ 658.393,52	TOTAL DO PASSIVO R\$ 658.393,52

Previsão Orçamentária 2003/2004	
Demonstrativo Sintético das Receitas e Despesas	
RECEITAS	DESPESAS
Receita Social R\$ 825.100,00	Departamento de Imprensa R\$ 139.800,00
Mensalidades R\$ 800.000,00	Despesas Trabalhistas R\$ 60.100,00
Fundo de Greve R\$ 25.100,00	Encargos Sociais R\$ 12.600,00
	Desp. Diversas Dep. Imprensa R\$ 67.100,00
Receita Tributária R\$ 231.700,00	Departamento Jurídico R\$ 117.000,00
Contribuição Sindical R\$ 181.700,00	Despesas Trabalhistas R\$ 6.600,00
Taxa de Fortalecimento R\$ 50.000,00	Encargos Sociais R\$ 200,00
	Desp. Diversas Dep. Jurídico R\$ 110.200,00
Receita Aposentados R\$ 9.500,00	Departamento Administrativo R\$ 150.500,00
Mensalidades R\$ 9.000,00	Despesas Trabalhistas R\$ 124.100,00
Doações R\$ 500,00	Encargos Sociais R\$ 19.900,00
	Desp. Diversas Dep. Administ. R\$ 6.500,00
Receitas Eventuais R\$ 2.000,00	Departamento Financeiro R\$ 72.950,00
Vendas Diversas R\$ 1.500,00	Despesas Trabalhistas R\$ 53.700,00
Reembolso Diversos R\$ 500,00	Encargos Sociais R\$ 9.850,00
	Desp. Diversas Dep. Financeiro R\$ 9.400,00
Receitas com Seguros R\$ 42.000,00	Depto Formação Sindical R\$ 210.900,00
Comissão Seguros R\$ 42.000,00	Seminários Congressos Intern R\$ 60.150,00
Receitas Financeiras R\$ 5.600,00	Seminários Congressos Extern R\$ 15.950,00
Ganhos c/ Aplic Financ R\$ 5.500,00	Manifestações R\$ 2.500,00
Varição Ativa R\$ 100,00	Despesas c/ Campanha Salarial R\$ 131.000,00
Receitas s/Empréstimos R\$ 1.200,00	Desp. c/ Camp. Carmo Mata R\$ 1.300,00
Juros R\$ 1.000,00	Departamento de Saúde R\$ 1.650,00
Atualização Monetária R\$ 200,00	Departamento de Cultura R\$ 1.350,00
Juros/Descontos Obtidos R\$ 400,00	Departamento de Mulheres R\$ 2.900,00
Juros Ativos R\$ 200,00	Secretaria da Mulher R\$ 2.900,00
Descontos Obtidos R\$ 200,00	Departamento Aposentados R\$ 25.800,00
	Despesas Gerais R\$ 25.800,00
	Departamento Diretoria R\$ 120.050,00
	Reunião de Diretoria R\$ 75.000,00
	Reuniões Div/Trab Base Sist. R\$ 34.500,00
	Despesas c/ Eleições Diversas R\$ 550,00
	Desp. c/ Eleições Delegados R\$ 10.000,00
	Desp. Acessórias Administr. R\$ 188.300,00
	Despesas de Consumo R\$ 45.600,00
	Despesas com Materiais R\$ 33.500,00
	Despesas Diversas R\$ 109.200,00
	Veículos R\$ 16.500,00
	Encargos não Operacionais R\$ 50,00
	Encargos Financeiros R\$ 8.000,00
	Aplicações de Capitais R\$ 61.500,00
	Investimento em Informática R\$ 16.000,00
	Investimento em Veículos R\$ 22.000,00
	Investimento em Bens Imóveis R\$ 10.500,00
	Investimento em Bens Móveis R\$ 6.000,00
	Investimento em Maquinário R\$ 6.500,00
	Investimento Culturais R\$ 500,00
Total das Receitas R\$1.117.700,00	Total das Despesas R\$1.117.700,00

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

Aos três dias de julho de dois mil e três, na sede do Sindáguia-MG, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal, representado pelos senhores, Roberto Paulo de Faria, Geraldo Helvécio C. Becatini, Pedro José Braz Filho e Jarbas de Souza Marinho para apreciação das contas do exercício de dois mil e dois.

Este conselho fiscal recomenda a assembleia geral a aprovação das contas em referência, observado apenas algumas ressalvas constantes das atas mensais.

Nada mais havendo a tratar, a pretese ATA foi lavrada, aprovada e assinada por todos os presentes.

Belo Horizonte, 03 de julho de 2003. Roberto Paulo de Faria, Geraldo Helvécio C. Becatini, Pedro José Braz Filho e Jarbas de Souza Marinho.

Demonstrativo de Receitas x Despesas	
Período de Janeiro a Março/2003	
RECEITAS	DESPESAS
Receita Social R\$ 172.652,41	Departamento de Imprensa R\$ 20.302,58
Mensalidades R\$ 172.652,41	Despesas Trabalhistas R\$ 5.984,42
	Encargos Sociais R\$ 1.637,06
Receita Tributária R\$ 761,31	Desp Diversas Dep. Imprensa R\$ 12.681,10
Contribuição Sindical R\$ 761,31	Departamento Jurídico R\$ 24.726,84
	Despesas Trabalhistas R\$ —
Receita Aposentados R\$ 4.186,06	Encargos Sociais R\$ —
Mensalidades R\$ 4.186,06	Desp Diversas Dep. Jurídico R\$ 24.726,84
Campanhas Salariais R\$ —	Departamento Administrativo R\$ 26.766,08
Taxa Fortalecimento R\$ —	Despesas Trabalhistas R\$ 22.631,47
Venda camisetas/Campanha R\$ —	Encargos Sociais R\$ 4.134,61
	Desp Diversas Dep. Administ. R\$ —
Receitas Eventuais R\$ 515,00	Departamento Financeiro R\$ 15.141,80
Vendas Diversas R\$ —	Despesas Trabalhistas R\$ 11.299,70
Receitas de Patrocínio R\$ —	Encargos Sociais R\$ 2.840,34
Reembolso Diversos R\$ 515,00	Desp Diversas Dep. Financeiro R\$ 1.001,76
	Depto Formação Sindical R\$ 4.375,00
Receitas com Seguros R\$ 9.834,14	Seminários Congressos Intern R\$ —
Comissão Seguros R\$ 9.834,14	Seminários Congressos Extern R\$ 4.114,00
Receitas Financeiras R\$ 3.974,78	Manifestações R\$ 31,00
Ganhos c/ Aplic Financ R\$ —	Despesas c/ Campanha Salarial R\$ 230,00
Ganhos c/ Poppança R\$ 3.974,78	Desp c/ Camp. Carmo Mata R\$ —
Receitas s/Empréstimos R\$ —	Departamento de Mulheres R\$ 8.250,54
Juros R\$ —	Secretaria da Mulher R\$ 8.250,54
Atualização Monetária R\$ —	Departamento Aposentados R\$ 2.734,82
Juros/Descontos Obtidos R\$ —	Despesas Gerais R\$ 2.734,82
Descontos Obtidos R\$ —	Departamento Diretoria R\$ 80.635,54
Receitas Não Operacionais R\$ —	Reunião de Diretoria R\$ 14.281,61
Alienação Bens Permanentes R\$ —	Reuniões Div/Trab Base Sist. R\$ 7.148,13
Alienação Imobilizado R\$ —	Despesas c/ Eleições Diversas R\$ 59.205,80
	Desp Acessórias Administr. R\$ 65.902,85
	Despesas de Consumo R\$ 10.055,01
	Despesas com Materiais R\$ 8.429,82
	Contribuições/Filiações R\$ 22.252,37
	Despesas Operacionais R\$ 25.165,65
	Veículos R\$ 5.109,97
	Encargos não Operacionais R\$ 6,57
	Encargos Financeiros R\$ 3.427,95
Total das Receitas R\$ 191.923,70	Total das Despesas R\$ 257.380,54

Período de Abril a Maio/2003	
RECEITAS	DESPESAS
Receita Social R\$ 113.796,02	Departamento de Imprensa R\$ 20.444,41
Mensalidades R\$ 113.796,02	Despesas Trabalhistas R\$ 7.266,35
Receita Tributária R\$ 1.239,31	Encargos Sociais R\$ 1.877,08
Contribuição Sindical R\$ 1.239,31	Desp Diversas Dep. Imprensa R\$ 11.300,98
Receita Aposentados R\$ 1.058,26	Departamento Jurídico R\$ 13.454,42
Mensalidades R\$ 1.058,26	Despesas Trabalhistas R\$ —
Campanhas Salariais R\$ —	Encargos Sociais R\$ —
Taxa Fortalecimento R\$ —	Desp Diversas Dep. Jurídico R\$ 13.454,42
Venda camisetas/Campanha R\$ —	Departamento Administrativo R\$ 22.543,50
Receitas Eventuais R\$ 45,82	Despesas Trabalhistas R\$ 19.141,40
Vendas Diversas R\$ —	Encargos Sociais R\$ 3.144,70
Receitas de Patrocínio R\$ —	Desp Diversas Dep. Administ. R\$ 257,40
Reembolso Diversos R\$ 45,82	Departamento Financeiro R\$ 11.158,74
	Despesas Trabalhistas R\$ 8.923,72
Receitas com Seguros R\$ 6.359,48	Encargos Sociais R\$ 1.767,64
Comissão Seguros R\$ 6.359,48	Desp Diversas Dep. Financeiro R\$ 467,38
Receitas Financeiras R\$ 501,57	Depto Formação Sindical R\$ 34.557,56
Ganhos c/ Aplic Financ R\$ —	Seminários Congressos Intern R\$ 20,60
Ganhos c/ Poppança R\$ 501,57	Seminários Congressos Extern R\$ 16.168,50
Receitas s/Empréstimo R\$ 150,75	Manifestações R\$ 507,00
Juros R\$ 150,75	Despesas c/ Campanha Salarial R\$ 17.861,46
Atualização Monetária R\$ —	Despesas c/ Camp. Carmo Mata R\$ —
Juros/Desconto Obtidos R\$ —	Departamento de Mulheres R\$ 3,80
Juros Ativos R\$ —	Secretaria da Mulher R\$ 3,80
Descontos Obtidos R\$ —	Departamento Aposentados R\$ 2.862,19
	Despesas Gerais R\$ 2.862,19
	Departamento da Diretoria R\$ 43.565,28
	Reunião de Diretoria R\$ 14.971,38
	Reuniões Div/Trab Base Sist. R\$ 688,10
	Despesas c/ Eleições Diversas R\$ 27.905,80
	Desp Acessórias Administr. R\$ 39.327,83
	Despesas de Consumo R\$ 13.713,84
	Despesas com Materiais R\$ 8.885,89
	Contribuições/Filiações R\$ 9.639,23
	Despesas Operacionais R\$ 7.088,87
	Veículos R\$ 2.622,38
	Encargos não Operacionais R\$ 6,68
	Encargos Financeiros R\$ 877,67
Total das Receitas R\$ 123.151,21	Total das Despesas R\$ 191.424,46



**Jurídico do
SINDÁGUA**

Luta contra os expurgos do FGTS

Continuamos a dar andamento às ações relativas aos expurgos do FGTS, o que ensejará em caso de execução, os pagamentos dos valores efetivamente devidos. Aqueles que não tiverem seus endereços atualizados junto ao Sindicato devem, com urgência, providenciá-los, para que não causem maiores transtornos quando da realização dos créditos devidos.

Um grande número de pessoas optou pela adesão ao acordo do governo e, diante da necessidade de homologação pelos Juízes para que as mesmas, no entender da CEF, venham a receber seus valores, verificou-se em alguns casos que tal procedimento encontra-se em atraso, não servindo entretanto, tal fato como cerceamento ao direito de quem permanece com a ação em andamento.

No dia 08 de maio obtivemos a primeira ação procedente, em segundo grau (Tribunal Regional do Trabalho) determinando o pagamento de 40% sobre o valor pago a título de recomposição dos expurgos. Tal sentença equivale a dizer que todos aqueles que receberam os valores expurgados e que tenham tido o contrato de trabalho rescindido sem justa causa a partir de 1991, tem o direito de pleitear, em juízo, junto a uma das Varas do Trabalho, pelo pagamento da multa rescisória, sobre o valor ganho em ação judicial, uma vez que aquele não foi apurado quando da rescisão contratual.

Ainda que a Imprensa Oficial tenha divulgado informações acerca da prescrição deste direito a partir do 29 de junho do presente ano, e embora não haja jurisprudência do TST, instância máxima a este respeito, filiamos-nos ao entendimento de que a prescrição (prazo final) para a entrada de ação judicial inicia-se da data da aquisição do direito, ou seja a data do trânsito em julgado, (sentença sem recurso).

O certo é que a única forma segura de recebimento de seus expurgos permanece sendo a judicial, onde os valores tem sido sistematicamente superiores aos oferecidos pelo plano de adesão.

Informamos ainda a aqueles que tiverem a intenção em proporem ações judiciais, que ainda existe tempo hábil para tal, cujos pagamentos ou depósitos se dão em parcela única, sem o risco da alteração de humores, do plano de adesão ou necessidade de Lei Complementares ou Decretos para tal.

O Departamento Jurídico encontra-se a disposição dos que quiserem assim pleitear, informando ainda que maiores esclarecimentos poderão ser dados diária e pessoalmente, nos horários de atendimento ou mediante consulta telefônica, se assim se fizer necessário.

Dr. Osvaldo Márcio Sampaio
Assessor Jurídico

Horário de atendimento:

De 09 às 12 horas
Segunda, quarta e sexta: Dra. Inacilma
Terça e quinta: Dr. Osvaldo.
Marcar o horário antecipadamente.

Pier, Tânia e Nascimento assumem direção na CUT

O companheiro Pier Giorgio Senesi (aposentado) e Tânia Mara de Almeida (diretora de Seguridade e Saúde) assumiram postos na direção da CUT-Metropolitana de Belo Horizonte, na sexta-feira, 4 de julho.

Pier é um dos principais responsáveis pelo importante trabalho de assistência aos trabalhadores aposentados, atendendo os companheiros através do DEAPES. É reconhecido pela sua luta sistemática em favor da segurança e saúde no trabalho, com atuação destacada em Cipas durante toda a sua vida profissional dentro da Copasa.



Pier Giorgio Senesi

A diretora Tânia Mara já desempenhava cargo de direção na CUT-MG e reconduzida a CUT-GBH, conti-

nuará sendo uma das pontas de lança nas discussões da central. No Sindicato coordena a SEMSI (Secretaria das Mulheres do Sindágua), conduzindo as reivindicações das companheiras nas negociações com a empresa e organizando os movimentos realizados nas gestões sindicais. Teve papel relevante na recente greve, atualizando diariamente a página do SINDÁGUA na internet, além de participar das atividades do movimento e negociações diretas com a empresa.

Também o companheiro José Geraldo do Nascimento assumiu no dia 1º de agosto o posto de Diretor de Políticas Sociais da CUT-MG.



Tânia Mara de Almeida

APOSENTADOS

DEAPES realiza palestra sobre coluna no dia 29

A diretoria do DEAPES, Departamento dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas nas Empresas de Saneamento do Estado de Minas Gerais / Sindágua-MG, tomou posse no mês junho e já iniciou o trabalho entre seus associados. Na última semana, dia 29 de julho, houve a primeira palestra sobre saúde, com o tema "VIVA BEM COMA COLUNA QUE VOCÊ TEM", com a fisioterapeuta Dra. Cláudia Greco.



A palestra teve como objetivo orientar sobre a importância da atividade física na manutenção da postura e da saúde, além de dar informações práticas para o dia a dia (maneira correta de sentar, deitar, carregar peso etc) para que as pessoas melhorem a sua qualidade de vida.

POSTURA - Os erros de postura adquiridos ao longo da vida podem provocar várias alterações, principalmente nas articulações e músculos. Mas esse processo pode ser revertido com um trabalho de fortalecimento muscular, mais especificamente da musculatura

paravertebral, ou seja, dos músculos ao lado da coluna. O alongamento tem papel fundamental, mas é preciso persistência e regularidade para que os resultados apareçam.

É importante cuidar da postura a vida toda mais especificamente na maturidade, quando os ombros tendem a ficar curvos, gerando mal estar, dores e incômodos. Às vezes as pessoas sentem dificuldade em se adaptar à postura ideal, mas bons hábitos vão sendo incorporados na medida em que os músculos se fortalecem.

"Nutrição e Envelhecimento Saudável"
Próxima palestra dia 26 de agosto, às 14h30
Local: Auditório do Sindágua-MG.

Reformas trabalhistas começam com o FNT



No último dia 29 de julho, aconteceu no Palácio do Planalto a solenidade de lançamento do Fórum Nacional do Trabalho (FNT). O Fórum deverá ser um espaço de diálogo e negociação entre governo, trabalhadores, entidades e empresários para a construção de uma nova legislação trabalhista e sindical.

O Fórum Nacional do Trabalho atuará de forma tripartite, reunindo todos os segmentos organizados do trabalho, por intermédio de suas entidades representativas nacionais.

A discussão das reformas trabalhista e sindical foi anunciada pelo presidente Lula ainda na campanha eleitoral, que defendeu a redefinição de um novo contrato coletivo nacional. Portanto, o presidente da República, tanto por sua origem quanto por força dos acordos internacionais, afirma seu empenho para promover mudanças substanciais nas relações de trabalho e na estrutura sindical. Assim, em nome da modernidade e da democratização das relações de trabalho, o mundo do trabalho – incluindo os direitos trabalhistas, sindicais e a Justiça do Trabalho – tende a passar por profundas transformações. Várias questões de vital importância

devem ser discutidas pelas representações no Fórum Nacional, principalmente após as recentes tentativas do finado governo FHC de flexibilizar as leis trabalhistas, cortando direitos dos trabalhadores que demandaram alguns séculos de luta. Não se deve esquecer que a chegada de Lula à presidência da República se deveu principalmente por uma consciência nacional de que o País precisa mudar e estancar os cortes de direitos sociais, como vinha acontecendo, jogando no lixo todos os avanços alcançados na Constituição de 88. Não se espera outra posição do governo Lula que não seja sua fidelidade ao berço de onde constituiu sua representatividade para representar e dar esperança de um País melhor.

Esperamos que essas transformações passem por um amplo debate na sociedade, como o Governo Lula diz assegurar, para que as entidades sindicais e sociais possam realmente ser protagonistas do processo de mudança e que as reformas trabalhistas e sindicais contemplem os interesses do setor produtivo, garantam os direitos dos empregados e diminuam o número de desempregados e trabalhadores informais.

ESPAÇO DA MULHER

Câncer de colo uterino: prevenção é o melhor remédio

No Brasil, o câncer de colo uterino ainda é responsável por elevado índice de mortalidade, mesmo tratando-se de um dos poucos processos malignos passíveis de cura, desde que diagnosticado e tratado precocemente.

Não se deve esperar o aparecimento de anormalidades na área genital para procurar o ginecologista. No entanto, corrimento vaginal sanguinolento ou sangramento pós-coito, após exercício físico ou durante a defecação, constituem sinais de alerta que exigem visita imediata ao especialista.

A prevenção, única forma de evitar o desenvolvimento desta doença, torna-se eficaz através de cuidados básicos de higiene aliados à realização de exames preventivos.

Fatores de Risco Relacionados ao câncer de Colo Uterino

As mulheres que pertencem ao grupo de risco para esta doença são as que apresentam um ou mais dos seguintes fatores:

- 1 – idade entre 30 e 50 anos;
- 2 – maus hábitos de higiene;
- 3 – início precoce da atividade sexual;
- 4 – muitos partos normais com os pequenos intervalos entre eles (menos de 2 anos);
- 5 – qualquer tipo de lesão do colo uterino;
- 6 – infecções vaginais repetidas;
- 7 – uso indiscriminado de anticoncepcionais.

Exames Preventivos do câncer de colo uterino

A detecção precoce do câncer de colo uterino é possível através dos exames ginecológicos preventivos (**exame clínico e o esfregaço de Papanicolaou**) que devem ser realizados anualmente e feitos fora do período de sangramento menstrual.

O **exame clínico** é o meio de detectar eventuais anomalias e consiste na entrevista na qual o ginecologista procura obter informações relevantes a respeito do ano anterior, além do exame direto nos órgãos genitais. Esta é a oportunidade na qual o profissional fornece esclarecimentos e aconselhamento apropriados.

O **esfregaço de Papanicolaou** é a coleta de material feita durante o exame clínico e permite estudo microscópico (exame de lâmina) que detecta precocemente a existência de alterações do sistema genital.

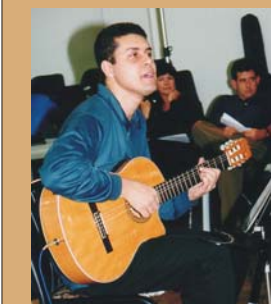
Importante: o exame ginecológico preventivo anual é imprescindível para possibilitar a adoção de medidas que evitem o desenvolvimento do câncer de colo de útero.



MEMÓRIA DA LUTA

Lançamento do CD histórico com todas as imagens da vitoriosa greve na Campanha Salarial 2003

Show com Foka Senna, Maurício, Wayner, Doris e Quinteto em Samba



Esquente o peito com um delicioso caldo de mandioca e deixe sua marca neste importante momento do nosso Sindicato.

Dia 14 de agosto
Qui ta-feira - 18 h
Na sede do SINDÁGUA-MG
Rua Congonhas, 518 - Santo Antônio

